



Of. 650/20 - SC-VE.  
PGI nº7130.2.200320.5829

São Paulo, 19 de março de 2020.

Assunto: Pagamento de Precatórios, RPVs e priorização das expedições de mandados de levantamento

Ao Excelentíssimo Sr.

Doutor **Geraldo Francisco Pinheiro Franco**

Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de SP.

Senhor Presidente.

Em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), e:

**CONSIDERANDO** o reconhecimento de PANDEMIA e a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional declaradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde;

**CONSIDERANDO** as consequências estruturais e de sobrevivência e a importância das ações preventivas para reduzir o risco de contágio e transmissão viral, incidindo objetivamente sobre a curva temporal e o pico de casos da contaminação;





**CONSIDERANDO** a especial relevância de resguardar **pessoas idosas e portadoras de doença grave**, que compõem grupo de risco com maior potencial de contágio pelo COVID-19, em face da particular taxa de letalidade;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se compatibilizar os princípios enunciados na Constituição da República, concernentes à inafastabilidade da jurisdição, celeridade processual e dignidade da pessoa humana, assim como o direito à saúde, e “à redução do risco de doença, e de outros agravos” (artigo 196 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** a necessidade de tomada de medidas protetivas tais como a de liberação da antecipação do 13º salário realizada pelo Ministério da Economia, dentre outras, visando disponibilizar melhores condições à sociedade diante da situação emergencial anunciada;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter a prestação jurisdicional, a disciplina dos serviços e a segurança Nacional;

**CONSIDERANDO** ainda todos os reflexos causados tanto à sociedade e quanto à advocacia;

A Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais pleiteia que sejam tomadas medidas para a rápida liberação dos recursos disponíveis nas Contas I e II para o pagamento dos credores prioritários, antecipando-se a quitação até mesmo daqueles que possuam precatórios inscritos no orçamento de 2020.

Requer, ademais, sejam resgatados os recursos extraordinários junto à instituição financeira depositária, recursos estes oriundos dos depósitos judiciais públicos e privados, previstos nos incisos I e II, do parágrafo 2º, do art. 101 do ADCT, para que também possam ser utilizados na quitação dos créditos prioritários e retomada dos pagamentos pelo critério da cronologia, tendo em vista que estes recursos já deveriam ter sido transferidos a este egrégio Tribunal, sendo que a





instituição financeira depositária está em mora com a determinação prevista no parágrafo 3º do artigo 101 do ADCT.

Requer, ainda, que sejam intensificados esforços judiciais para a rápida expedição e pagamento de precatórios e RPV's nos processos, determinando-se aos Magistrados e serventuários de todas as Comarcas do Estado que priorizem a expedição dos mandados de levantamento, sobretudo para aqueles que possuam como parte pessoas idosas e/ou doentes.

Estamos certos de que a **adoção das cautelas** pleiteadas permitirá que sejam mitigados os efeitos negativos das medidas necessárias de contenção da doença de forma a **proteger a sociedade, a advocacia e fomentar a economia brasileira.**

Nesta oportunidade, agradece pela atenção dispensada e renova os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**Ricardo Toledo Santos Filho**  
Vice-Presidente da OAB/SP

**Antônio Roberto Sandoval Filho**  
Presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais